

CAPACITANDO PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

TRAINING TO COMBAT VIOLENCE AGAINST WOMEN

Neuzeli Maria de Almeida Pinto¹, Bruna Silva Azevedo², Evayr da Silva Barros³

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivos desenvolver pesquisa do diagnóstico, levantamento e caracterização das mulheres que são atendidas pelo setor psicossocial da Casa da Mulher Brasileira (CMB) e das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara, além da realização de ações de natureza interventiva, que teve como público-alvo as mulheres que exercem atendimento, acompanhamento e promoção de atividades e campanhas da CMB e Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e com as mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara, além das estudantes de escolas públicas. As temáticas foram desenvolvidas através de palestras e rodas de conversa, buscando o empoderamento feminino e, assim, discutindo o fenômeno complexo da violência de gênero. Inúmeros segmentos sociais empenham-se em uma luta para que os direitos humanos sejam efetivados, em especial à situação da mulher. Contudo, o Brasil é um país que vitimiza e oprime as mulheres das mais diversas formas, desde seus cidadãos, passando pelos meios sociais, até o próprio Estado e suas instituições. A violência contra a mulher tem sido compreendida como um problema de saúde pública, em decorrência do assombro que os números apresentados por diversas instituições de pesquisa nos mostram. Assim, a implementação de práticas políticas e educativas desta natureza são fundamentais para a busca de igualdade de gênero visando alterar as relações de poder que perpassam os contextos das instituições e comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Violência. Empoderamento. Capacitação.

ABSTRACT: The present work aimed to develop research into the diagnosis, survey and characterization of women who are served by the psychosocial sector of the Casa da Mulher Brasileira (CMB) and women from the Quilombola Community of Itamatatuiua/Alcântara, in addition to carrying out actions of an interventional nature, which had as target audience women who provide care, monitoring and promotion of activities and campaigns of the CMB and Secretary of State for Women (SEMU) and with women from the Quilombola Community of Itamatatuiua/Alcântara, in addition to students/public schools. The themes were developed through lectures and conversation circles, seeking female empowerment and, thus, discussing the complex phenomenon of gender violence. Numerous social segments are committed to fighting for human rights to be realized, especially for women. However, Brazil is a country that victimizes and oppresses women in the most diverse ways, from its citizens, through social media, to the State itself and its institutions. Violence against women has been understood as a public health problem, due to the astonishment that the numbers presented by various research institutions show us. Thus, the implementation of political and educational practices of this nature is fundamental to the search for gender equality aiming to change the power relations that permeate the contexts of institutions and communities.

KEYWORDS: Women. Violence. empowerment. Training.

Revista Práticas em Extensão, volume 8, número 1, 2024

DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i1.3598>

Editora-chefe: Camila Pinheiro Nobre

Artigo submetido: 05/02/2024

Artigo aceito: 28/06/2024

Artigo Publicado: 30/07/2024

1 Docente do departamento de Ciências Sociais e do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutorado em Teoria e Pesquisa Comportamental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: neuzelipinto2609@gmail.com.

2 Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Extensão. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: bs621542@gmail.com.

3 Graduando em Ciências Sociais Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF). E-mail: evayr11@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que mais vitimiza e oprime as mulheres das mais diversas formas, desde seus cidadãos (homens e mulheres), passando pelos meios sociais; até o próprio Estado e suas instituições. Dessa forma, a violência contra a mulher tem sido compreendida como um problema de saúde pública, em decorrência do assombro que os números apresentados por diversas instituições de pesquisa e outras fontes nos mostram (Giordani, 2006; Sarti, 2004).

Neste sentido, o presente trabalho buscou desenvolver estratégias de aprendizagem teórico-práticas com mulheres em instituições e comunidades – e outros locais que o projeto pode se estender –, e, ainda, trabalhar no engajamento destas pela causa na luta contra a violência sofrida por mulheres e o espírito participativo em atividades que congregam mulheres e profissionais. Já no plano externo, deve-se mencionar ainda a relevância educacional e social, pois o estudo pretende contribuir para o aprendizado e orientação, principalmente das mulheres vítimas de violência doméstica e a busca do seu empoderamento. Dessa forma, é preciso correlacionar os fatores de vulnerabilidade e desproporcionalidade que as mulheres se encontram imersas dentro da sociedade, em que o sistema patriarcal colabora para esse aumento de insegurança feminina, ampliando ainda a visão de Bourdieu (2012), em sua obra “A Dominação Masculina”:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação[...] (Bourdieu, 2012).

Assim, pode-se observar o quanto essas partes “sexuadas” incrementam a situação da mulher como vulnerável dentro da sociedade, subordinando-as à várias situações como, por exemplo, o próprio estado de violência contra estas. Portanto, é possível relacionar esse fator a diversos pontos importantes que foram colocados em pauta no estudo em questão, como a construção do empoderamento feminino, visto às causas da violência cometidas no ambiente familiar, tendo como impasse a incapacidade feminina de lidar com o possível agressor, sendo muitas vezes seu próprio companheiro.

O tema desse trabalho é fundamental devido as discussões que prevalecem na atualidade, sobre a violência contra a mulher e seus respectivos efeitos sobre a sua vida pública e privada. Esse problema não é um fenômeno recente, estando presente em todas as classes sociais e sociedades, compondo um conjunto de relações sociais que tornam complexa sua compreensão (Morgado, 2008). Porém, apesar de se tratar de uma problemática antiga, a violência conjugal foi pouco visualizada ao longo do tempo, adquirindo maior atenção na atualidade. Na realidade, este problema ainda permanece invisível em muitos espaços socioculturais contemporâneos (Cantera, 2007).

Assim, para compreender esse fenômeno, deve-se pôr em pauta a questão de que essa violência possui causas sociais e culturais, sendo, portanto, um problema não apenas individual, mas, sim, coletivo; e para compreendermos os maus-tratos contra a mulher nas relações de casal, na visão de Cantera (2007), é imprescindível nos relacionarmos ao contexto da ordem social e cultural as quais o estruturam e o fundamentam: o sistema patriarcal. Neste sentido, a violência de gênero deve ser entendida e tratada, principalmente, como uma questão social e cultural.

A violência doméstica é concebida como todo o tipo de violência que inclui membros do grupo familiar que convivam no espaço doméstico. Na questão da violência contra a mulher, Narvaz e Koller (2004) usam o termo *violência conjugal*, entendida como violência contra a mulher cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva e sexual, podendo ocorrer tanto no espaço doméstico quando urbano. A questão da violência conjugal é um tema tabu, o qual perpassa todas as classes sociais, todos os tempos e todos os lugares; destacando-se também os fatores sociais e psicológicos determinantes deste tipo de violência (Braghini, 2000). Variáveis socioeconômicas, político-ideológicas, culturais e educacionais são considerados fatores sociais, e possuem um peso considerável na gênese e na manutenção deste. Além disso, é importante salientar os fatores psicológicos envolvidos nesse fenômeno, sendo estes mais complexos e difíceis de averiguar, pois se referem, principalmente, a aspectos inconscientes dos indivíduos envolvidos nessa dinâmica de violência.

Neste sentido, além dos fatores sociais já citados, Azevedo (1985) afirma haver outras variáveis nas quais o problema da violência perpetrada pelo homem contra a mulher está respaldado, como a questão de gênero; fatores estruturais, referentes à questão da condição feminina; fatores ideológicos e históricos, como o machismo, que legitima o padrão de dominação do homem sobre a mulher e o uso da força física sobre esta; fatores institucionais, do qual remetem a questão da família patriarcal; e fatores pedagógicos, relacionados à educação e ao modo como nos é ensinado essas questões da individualidade masculina e feminina.

Na busca de entendimentos e reflexões acerca deste fenômeno, *o olhar de gênero* auxilia na compreensão da violência conjugal. Através desta perspectiva, não se compreende a violência no casal como um fenômeno naturalizado, derivado da questão sexual das relações entre macho e fêmea, mas como um processo histórico, o qual é produzido e reproduzido pelas estruturas sociais de dominação pelo contexto patriarcal (Cantera, 2007). Morgado (2008) também considera que a perspectiva de análise das relações de gênero, associada aos demais campos de conhecimento, trouxe subsídios importantes para a compreensão e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Dessa forma, a violência cometida contra a mulher possui diversas faces, sendo assim, “o exercício da força em contrariedade às leis vigentes, para constranger ou submeter uma pessoa àquilo que ela não queira” (Queiroz, 2008, p. 67). Contudo, é preciso destacar uma das formas desse tipo de violência que é drasticamente “comum” nos tempos atuais: a violência doméstica, que por sua vez é cometida dentro do âmbito familiar, podendo deixar de ser um espaço acolhedor e, sim, um lugar que é “palco” de diversas formas de agressão direcionadas ao sujeito feminino.

O fenômeno da violência contra a mulher deve ser visto em sua complexidade, multidimensionalidade e historicidade, levando em consideração os marcos históricos na luta pelo seu enfrentamento; vale citar também o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e as conquistas advindas da criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). No pacto, evidencia-se uma nova proposta em relação ao olhar para as políticas públicas que ofertam o atendimento à mulher em situação de violência, agora pautado no incentivo à constituição de redes de serviços, sua ampliação e fortalecimento ocorrendo significativas mudanças tanto no paradigma político e jurídico como nas políticas públicas, mais especificamente na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo ações de prevenção, de garantia de direitos e de combate (responsabilização dos agressores) visando à garantia do que preconiza a Lei Maria da Penha.

Para os homicídios cometidos contra a mulher (femicídio), foi elaborado uma lei específica que se enquadra em casos onde o ciclo de agressões decorrentes da violência

doméstica já se finalizou no seu último estágio que seria o homicídio. Essa lei também se enquadra nos assassinatos às mulheres que são vítimas de agressores ou agressoras que não necessariamente possuam uma relação afetiva ou familiar com a vítima, mas que cometeram o crime pelo motivo desta ser do gênero feminino, suas motivações mais comuns é o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres. Segundo o Relatório Mundial sobre violência e saúde, organizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS),

Não há um fator único que explique porque algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Entender como esses fatores estão relacionados à violência é um dos passos importantes na abordagem para evitar a violência (Krug, 2002, p. 12).

Assim sendo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, de 1994), promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, define a violência contra a mulher como:

[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Brasil, 1996).

Portanto, a violência contra a mulher não está relacionada somente sob a perspectiva de gênero, mas aos sistemas de dominação/exploração: classe social, raça/etnia e gênero, estão de tal maneira integrados que é impossível discutir um sem levar em conta os outros. A transformação da sociedade, portanto, passa por articular estas três categorias de formas integradas para, então, compreender mais claramente como se processam, se constroem e se disseminam os modelos de dominação, exploração que mantêm subalternos mulheres, negros e pobres. Esse debate, portanto, fora um dos conteúdos principais proferidos na capacitação das mulheres, buscando, assim, explicitar como os processos de dominação masculina se inserem e perpassam a sociedade de classe que também é uma sociedade racista e patriarcal. O que sempre esteve em jogo foram as relações de poder, que mantêm privilégios dos homens, dos brancos, das elites que se perpetuaram no poder. Desmistificar essas ideologias é recompor o projeto de sociedade democrática, da luta dos grupos sociais e responsabilidade do poder público, conforme preceitua a Constituição.

É com este propósito de contribuir na construção de uma sociedade mais equânime que a presente proposta se insere. Com o compromisso de problematizar a partir da realidade concreta os sistemas de dominação/exploração vigentes no capitalismo: classe social, raça/etnia e gênero.

Contudo, permite-nos refletir sobre o momento de dor e apreensão que vive uma mulher vítima de violência, em que deve ser enunciado e destacado a importância da

formação do seu empoderamento e a construção da igualdade de gênero, cujo benefício trará para a mulher em forma de autoconfiança, autoestima e segurança, tendo, dessa forma, maior nuance do seu autoconhecimento, contribuindo para maior independência feminina, tanto no contexto econômico, como também na sua vida pessoal, em que ela passa a compreender que não deve ser submissa a ninguém e que sua felicidade só depende dela e de suas escolhas. Dessa forma, a fala de Nelly Stromquist (1997) repercute em maior ênfase nessa temática, que é a importância do empoderamento feminino, na qual ela afirma que:

Uma perfeita definição de empoderamento deve incluir os componentes: cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos, sendo, respectivamente, a capacidade de compreender a subordinação que as mulheres têm, assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade, a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças como na questão da autoconfiança e autoestima, a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, bem como promover mudanças no cenário social, e por último, a questão acerca do componente econômico, que visa proporcionar a independência econômica dessas mulheres (Stromquist, 1997).

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivos principais desenvolver pesquisa do diagnóstico, levantamento e caracterização das mulheres que são atendidas e acompanhadas pelo setor psicossocial da Casa da Mulher Brasileira (CMB) e das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara; e realizar ações de natureza interventiva com atividades que incluem mulheres que exercem atividades de atendimento, acompanhamento e promoção de atividades e campanhas da CMB, da Secretaria de Estado da Mulher (SEMU), mulheres da Comunidade Quilombola de Itamataiua/Alcântara e os/as estudantes das escolas públicas, através da produção e implementação de oficinas e palestras de instrução, orientação e intervenção que visem a reflexão da violência contra a mulher, igualdade de gênero, as políticas públicas e ações relacionadas à temática e o empoderamento dessas mulheres.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho fez parte do projeto de Extensão “Capacitando para o enfrentamento à violência contra a mulher”, do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX 2019/2020, uma iniciativa de docentes/pesquisadoras e estudantes que fazem parte do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família – NEGESF/UEMA, em parceria com a SEMU, a CMB e Fórum Maranhense de Mulheres (FMM).

As atividades desenvolvidas foram pesquisa do diagnóstico, levantamento e caracterização das mulheres que são atendidas e acompanhadas pelo setor psicossocial da CMB e das mulheres da comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara, além da realização de ações de natureza interventiva, através da produção e implementação de oficinas e palestras de instrução, orientação e intervenção com mulheres da CMB e na Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara, e intervenções em escolas públicas dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, visando a reflexão das temáticas de defesa dos direitos das mulheres, ao contribuir para a divulgação e efetivação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, bem como o desenvolvimento das temáticas de violência doméstica, sistema patriarcal e suas implicações na luta contra a violência, igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres.

2.1 Participantes

Participaram da capacitação 55 mulheres que exercem atividades de atendimento, acompanhamento e promoção de atividades e campanhas da CMB e da SEMU; e 25 mulheres da comunidade Quilombola de Itamatatiua/Alcântara. Além disso, participaram cerca de 170 estudantes de escolas públicas de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

2.2 Ambiente – Instituição/Comunidade

A CMB, que tem parceria com o Estado e com o governo federal, é um espaço de atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, previsto na Lei Maria da Penha. Integra no mesmo lugar serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

A comunidade quilombola de Itamatauia/Alcântara, localizada no município de Alcântara, Maranhão, está inserida na categoria de “terras de pretos” e “terras de santo”, e se constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravista, é um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis. Segundo Dona Neide (67 anos), a ocupante da mais elevada posição de liderança da comunidade, a de “encarregada de terras”, relata que o quilombo está na categoria de “terra de pretos” porque o quilombo pertencia a uma ordem religiosa, cujos membros tiveram que abandonar as terras, ficando todo um latifúndio sob o controle dos ex-escravizados. A comunidade tem cerca de 230 famílias; possui uma escola de ensino fundamental; uma igreja, Santa Tereza d’Ávila, com o cemitério da comunidade localizado ao fundo desta; um clube; um Centro de Cerâmica e uma pousada, intitulada Santa Tereza.

Em Itamatatiua, a liderança feminina é mais presente. As mulheres são responsáveis pela confecção da maior renda da comunidade: a cerâmica. Além disso, administram o centro de produção, a pousada, trabalham com os homens na roça, cuidam dos filhos, das pequenas criações e das atividades domésticas.

As escolas públicas de ensino médio de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar constituíram ambientes de intervenção e capacitação. São elas: Centro de Ensino Erasmo Dias (Paço do Lumiar), Centro de Ensino Professor José Nascimento de Moraes (São Luís), Centro de Ensino Benedito Leite (São Luís), Centro de Ensino Domingos Vieira Filho (Paço do Lumiar) e Centro de Ensino Carlos Melo (São José de Ribamar).

2.3 Instrumentos e métodos da pesquisa e capacitação

Quanto à operacionalização dos trabalhos, por se tratar de uma proposta composta por duas dimensões, uma de pesquisa e a outra de intervenção, os suportes operacionais são diferenciados. Quanto às pesquisas, suas dinâmicas se constituem na formação de grupos de estudos, leituras sobre as temáticas investigativas e a elaboração e desenvolvimento temáticos e levantamentos, possibilitando que se conheçam as microrrealidades sociais das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas na CMB e do Quilombo de Itamatatiua/Alcântara, as questões sociais locais e as políticas públicas de enfrentamento à violência à mulher. A pesquisa foi construída e desenvolvida pelos discentes da equipe, sob orientação das docentes envolvidas.

Já a capacitação foi trabalhada em forma de oficina e teve como instrumentos de trabalho leitura de textos, aulas expositivas dialogadas, exibição de filmes e debates; intercalados com explicações e questionamentos sobre temáticas como identidade, família, gênero, violência doméstica, políticas públicas de enfrentamento e legislação sobre violência à mulher, desenvolvidos em vários encontros, privilegiando as estruturas que compõem as relações sociais: o indivíduo e sua identidade, as relações sociais – violentas ou não – empreendidas no âmbito familiar, no trabalho, na comunidade, ou seja, na sociedade em que o sujeito constrói sua vida; bem como divulgação de serviços do governo prestados à mulher na rede de apoio de atendimento à mulher.

O uso de oficinas como método pedagógico é uma prática utilizada neste tipo de formação por se constituir como um modelo psicossocial de intervenção que leva em consideração a integralidade do tema a ser abordado e o envolvimento do público que se deseja atingir, dentro do limite e espaço temporal a que os participantes se dispõem a discuti-lo.

As reflexões propiciadas pelas oficinas permitem o rompimento com o conhecimento até então aceito pelos participantes sobre o assunto abordado; contribuem para o processo de entendimento dos conteúdos de cunho científico apresentados nos materiais e o fato do curso ser ministrado por professoras acadêmicas e estudantes universitários, envolvidas em estudos e pesquisas nas universidades que auxilia para tornar a formação como um processo educativo, cultural e científico, articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Ressaltamos que ao final de cada oficina ministrada foi elaborado um relatório avaliativo com a participação das professoras/es e estudantes com o objetivo de aprimoramento das próximas etapas e/ou reavaliação da carga horária e conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Casa da Mulher Brasileira (CMB)

Os resultados obtidos por meio do projeto de extensão “Capacitando para o enfrentamento à violência contra a mulher” trouxeram uma realidade das mulheres de violência, onde o feminicídio é apenas a ponta do *iceberg* da violência contra a mulher e representa o desfecho mais extremo do problema. Os números de feminicídio vêm aumentando de forma considerável, o que nos leva a refletir sobre a importância de intervenções e a urgência em que esta situação necessita chegar ao conhecimento da sociedade.

A CMB e a SEMU têm um papel fundamental dentro dessa luta contra o preconceito e a violência contra a mulher. A CMB é um espaço de atendimento voltado para as mulheres vítimas de violência, onde existem os mais diversos tipos de serviços, com atendimento humanizado: acolhimento e triagem, apoio psicológico, delegacia, Ministério Público, Defensoria Pública; além de cuidados com as crianças, filhos de mulheres que sofreram violência. Já a SEMU trabalha com o enfrentamento à violência física, sexual ou psicológica; e conta com a mobilização de diversos órgãos estaduais, especialmente a Secretaria de Estado da Saúde (SES). O Governo do Maranhão, portanto, tem investido no empoderamento das mulheres através de campanhas, como “Carreta da Mulher Maranhense”, “Carreta Mamógrafo Móvel”, “Ônibus Lilás”, além de campanhas educativas de prevenção e denúncia da violência contra as mulheres.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV), serviço que compõem a CMB, conta com um serviço multidisciplinar de assistentes sociais, psicólogos, assessoras jurídicas e pedagogas; o atendimento acolhe as vítimas e presta

orientações e encaminhamentos, além de acompanhar os casos de agressão física e psicológica para que o trauma de violência afete o mínimo possível a vida da vítima. O órgão atua em conjunto com a Secretária Municipal de Segurança com Cidadania (SEMUSC) e integra a Rede Amiga da Mulher.

Segundo a superintendente da CMB, Susan Lucena, mais do que um espaço de proteção e suporte às assistidas, também são desenvolvidas iniciativas para auxiliar a retomada das mulheres na sociedade, após o rompimento do ciclo de violência. Por meio de cursos de capacitação, são ensinadas lições de empreendedorismo, *marketing* e encaminhamento para o mercado de trabalho. São mais de 20 cursos ofertados para as mulheres, contabilizando uma média de três cursos de formação por ano às mulheres atendidas na CMB.

Em dados apresentados pela CMB, com início dos atendimentos no ano de 2017, somente até o mês de agosto de 2019, o complexo contabilizou 14.568 acolhimentos. As mulheres atendidas na CMB, na sua maioria, procuram somente a Delegacia Especial da Mulher e não têm conhecimento do atendimento oferecido pelo CRAMVS; apenas 30% dos acolhimentos feitos pela CMB são encaminhados para o atendimento psicológico e social no CRAMVS. Assim é retratado em relato da vítima atendida na CMB: “Eu não sabia que existia esse atendimento aqui, muito bom. Fui atendida pela psicóloga. Acho que a maioria das mulheres não sabem”.

Durante o trabalho de pesquisa, foi possível perceber que, para o enfrentamento a violência contra mulher ser eficaz, é necessário que ocorra algo que já foi mencionado anteriormente, o empoderamento feminino, visto que este promove a conscientização às mulheres sobre as suas lutas, deixando aptas para buscar por seus direitos. Portanto, o trabalho de capacitação tem o objetivo de mostrar para as mulheres e para comunidade em geral a importância dessa luta, refletindo sobre conceitos e temáticas de violência, empoderamento e políticas públicas que visem a prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres.

A capacitação na CMB e na SEMU teve os módulos com as temáticas de rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher, saúde, violência e sexualidade, e, por último, a temática sobre educação de gênero como estratégia de formação de uma cultura da não violência. As palestras e discussões organizadas foram importantes para a formação dos profissionais que operam nestes ambientes, cujos objetivos são de prestar ação protetora às mulheres vítimas de violência, capacitando-os, ainda, para melhor formação como profissionais da área em que atuam (Figura 1 e 2).

Figura 1. Secretaria do Estado da Mulher (SEMU)



Fonte: Organização NEGESF (2019).

Figura 2. Casa da Mulher Brasileira (CMB)



Fonte: Organização NEGESF (2019).

3.2 Comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara

As mulheres da comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara sempre se encontram disponíveis para adquirir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da comunidade, principalmente aqueles que visam as mulheres e seu trabalho na cerâmica, pois isso é uma forma de trazer informações, de ajudar na divulgação e também no empoderamento dessas mulheres. Além de exercerem atividades do trabalho na cerâmica e no roçado com a produção familiar, as mulheres da comunidade também estão inseridas nos processos políticos reivindicatórios, que abrangem todas as pautas que envolvem a própria comunidade.

A principal fonte de renda das mulheres na comunidade Quilombola de Itamatatuiua/Alcântara é a fabricação de peças de cerâmica. O trabalho na produção das peças é a principal fonte de renda da comunidade. Pode-se dizer que o trabalho desenvolvido por estas mulheres passou por uma transformação de um trabalho individual, em que obter renda era o objetivo, para um trabalho coletivo, em que se predomina é o trabalho em equipe e o valor sentimental e cultural que a peça carrega, como é percebido na fala da Maria Raimunda (2019): “Assim, nós mesmos fizemos um casebre quando fundou a associação, aí a gente ainda trabalhava assim, nas casas, depois a Neide fundou a associação junto com a gente, e resolveu unir e trabalhar junto”.

Para a confecção das peças, as mulheres possuem um centro denominado “Centro de Cerâmica de Itamatatuiua”, sendo este uma conquista dessas mulheres, assim como também o poço, a casa da farinha e a luz elétrica. No centro de cerâmica é onde está concentrado os valores da comunidade, lá possui dois fornos para o cozimento, assim como um local de armazenagem e venda. O valor que o centro agrega não é devido apenas à confecção das peças de cerâmica, mas também pela história que ele carrega, pois foi com a conquista do centro que surgiu a associação de mulheres de Itamatatuiua.

Dessa forma, a associação de mulheres trata pautas diretas da comunidade referente tanto à política, à economia como, principalmente, à cultura e aos valores. Assim, elas são responsáveis por promover os ensinamentos do trabalho artesanal para os mais jovens,

como também buscar meios que desenvolvam a comunidade através de cursos profissionalizantes. Elas relatam, ainda, que o ensinamento da profissão para os jovens é muito importante para a preservação dos valores da própria comunidade, desse modo, as mulheres tentam engajar as crianças nesses processos, apesar das dificuldades existentes no engajamento destes jovens nas atividades.

Desse modo, percebe-se que o trabalho é uma prática construída através da família, das crenças e dos costumes, além de se promover um sentimento de pertencimento à comunidade de Itamatatuiua, onde é retratado nas confecções dessas peças, pois cada uma expressa a história do lugar, principalmente quando são retratadas a partir das bonecas, potes e utensílios.

As mulheres da comunidade também enfrentam dificuldades logísticas para acesso e desenvolvimento de projetos com políticas públicas para benefício da comunidade, por exemplo, a dificuldade de comercialização dos produtos de cerâmica e da conclusão do processo de titulação e reconhecimento de território quilombola.

Além do trabalho com a cerâmica, as mulheres de Itamatatuiua trabalham também na roça, exercendo a tripla jornada de trabalho, pois estas além de atuarem na produção das peças de cerâmica, trabalham no campo e, ainda, nos afazeres domésticos. No entanto, a presença das mulheres no trabalho da roça é retratada pela invisibilidade, como discute Sales (2007); não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres têm ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Na capacitação desenvolvida na comunidade quilombola de Itamatatuiua, o empoderamento das mulheres rurais e a independência feminina foram propostos como temas centrais para discussões com as mulheres, para que estas possam ser engajadas na luta destas causas, bem como em poder compreender com mais notoriedade o fenômeno que é a luta pelo fim da violência contra a mulher, um dos pontos-chaves das discussões. Assim, as rodas de conversa serviram continuamente para que essas mulheres pudessem garantir mais e diversificado conhecimento sobre essas temáticas, sendo importante também para os próprios membros do projeto em questão, pois a relevância das discussões serviu para maior experiência acadêmica e de campo.

Foi realizado, ainda, uma dinâmica, em que foram trabalhados os aspectos da autoestima e a valorização de si mesma. A dinâmica consistiu na utilização de uma caixinha, onde dentro iria conter um pequeno espelho (Figura 3). O objetivo do jogo era abrir a caixinha e dizer características da pessoa que estaria na imagem dentro da caixa, podendo ser qualidades ou mesmo defeitos. As mulheres quando abriram a caixa se surpreenderam quando encontraram o seu próprio reflexo, tornando a brincadeira ainda mais divertida e reflexiva.

Portanto, é preciso evidenciar que a proposta da dinâmica foi justamente despertar o autoconhecimento dessas mulheres, fomentando a construção do seu empoderamento e buscando elementos capazes de evidenciar a notória importância dos seus papéis como mulher, esposa, mãe, ceramista e trabalhadora rural.

Figura 3. Atividade com as mulheres da comunidade de Itamatatua



Fonte: Organização NEGESF (2019).

3.3 Palestras nas escolas públicas

Ocorreram também intervenções direcionadas às escolas públicas, são elas: Centro de Ensino Erasmo Dias (Paço do Lumiar), Centro de Ensino Professor José Nascimento de Moraes (São Luís), Centro de Ensino Benedito Leite (São Luís), Centro de Ensino Domingos Vieira Filho (Paço do Lumiar) e Centro de Ensino Carlos Melo (São José de Ribamar), onde foram ministradas palestras com a participação do grupo de pesquisa e de extensão NEGESF.

A palestra realizada na escola Centro de Ensino Professor José Nascimento de Moraes – atividade que ocorreu em parceria com o FMM –, com foco em violência doméstica, possuiu como temática “Direitos das Mulheres - Mulheres pela Democracia”, em que se buscou retratar a luta das mulheres pelos seus direitos públicos e civis enfrentados todos os dias a favor da conquista de uma democracia entre os gêneros.

Já a palestra realizada na escola Centro de Ensino Benedito Leite, possuiu como tema a causa do Femicídio; essa palestra fora de suma importância para a efetiva reprodução de conhecimentos acerca dos direitos das mulheres, em face dos crimes de feminicídio cometidos (Figura 4).

Figura 4. Centro de Ensino Benedito Leite (São Luís)



Fonte: Organização NEGESF (2019).

As palestras desenvolvidas nas escolas da cidade de Paço do Lumiar, CE Erasmo Dias e CEM Domingos Vieira Filho (Figura 5 e 6), foram desenvolvidas duas temáticas, sendo, respectivamente, “Violência contra a mulher” e “O empoderamento de mulheres em tempos de retrocesso”. Essas duas palestras tiveram como objetivo instigar os estudantes a refletirem e terem consciência da realidade que se mostra tão nítida aos casos de violência doméstica e de gênero, e, ainda, à formação do empoderamento feminino, que permite maior superação desse problema, ao passo que toda a sociedade deve buscar minimizar os números crescentes de violência.

Figura 5. Centro de Ensino Domingos Vieira Filho (Paço do Lumiar)



Fonte: Organização NEGESF (2020).

Figura 6. Centro de Ensino Erasmo Dias (Paço do Lumiar), com a participação do bolsista Evayr da Silva Barros



Fonte: Organização NEGESF (2020).

Dessa forma, as palestras realizadas nas escolas procuraram desenvolver o engajamento dos alunos para a causa da violência contra a mulher, bem como a busca da efetiva aceitação de seus direitos legítimos como cidadãos, e buscou-se, ainda, a articulação entre alunos e professores, para gerar maior influência destes no cotidiano da vida escolar desses estudantes. Ademais, foram estimulados o aprendizado desses alunos com a ajuda de seus professores e coordenadores, para que, assim, estes possam se sensibilizar nessa causa e poderem lutar por justiça em meio ao cenário atual em que se encontram.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou dados relativos à realização de capacitação – Capacitando para o enfrentamento à violência contra a mulher –, elaboração e implementação de projeto de intervenção de natureza promocional para mulheres atendentes da CMB, para a comunidade de Itamatatua/Alcântara e aos estudantes de escolas públicas, possibilitando a difusão de conteúdos referentes ao respeito e à dignidade nas relações sociais de gênero e à construção da identidade engendradas entre homens e mulheres, no âmbito doméstico e público.

Apesar da capacitação ter proporcionado maior empoderamento para essas mulheres vítimas de violência e, ainda, a possibilidade de sensibilizar o público-alvo a mudar a visão da sociedade patriarcal e refletir sobre fatores que decorrem as desigualdades entre homens e mulheres na zona rural de comunidades tradicionais, percebe-se a necessidade de uma intervenção contínua e transversal nas instituições e comunidades para maior aprofundamento das mudanças da realidade destas mulheres.

Da mesma forma, a pesquisa com as mulheres atendidas na CMB e na comunidade de Itamatatua/Alcântara permitiu observar que, apesar de terem consciência dos seus direitos (Mulheres atendidas na CMB) e estarem envolvidas em causas e projetos de orga-

nização e liderança na comunidade (Mulheres da comunidade de Itamatatua/Alcântara), ainda lhes faltam conhecimento dos serviços oferecidos e apoio logístico para acesso e desenvolvimento de projetos com políticas públicas que podem beneficiar a comunidade, respectivamente.

Portanto, baseado nas descritas experiências e construções teóricas acadêmicas, desenvolveu-se a iniciativa para a construção de maior engajamento das mulheres e jovens, identificando as causas da violência de gênero, na reflexão de mudanças na sociedade patriarcal e a busca da igualdade de gênero. Além disso, desenvolver a capacidade destas mulheres em compreender e se posicionar diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais. Assim, o trabalho trouxe benefícios tanto para o seu público-alvo quanto para os próprios membros da organização, docentes e discentes, podendo, assim, pensar em um futuro em que os passos de cada um consigam mudar a realidade ainda sombria que é a causa da violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. **Violência física contra a mulher**: dimensão possível da condição feminina, braço forte do machismo, face oculta da família patriarcal ou efeito perverso da educação diferenciada? In: _____. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985. p. 45-75.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRAGHINI, L. Cenas Repetitivas de Violência Doméstica: um impasse entre Eros e Tanatos. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.
- CANTERA, L. Casais e Violência: Um enfoque além do gênero. Porto Alegre: Dom Quixote Editora, 2007.
- GIORDANI, A. T. **Violências contra a mulher**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2006.
- KRUG, E. G. *et al.* **World report on violence and health** (Relatório Mundial sobre violência e saúde). Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- MORGADO, R. **Mulheres em situação de violência doméstica**. In: de janeiro: NAU Editora, 2008.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades. *PSICO*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan.- abr. 2004.
- QUEIROZ, T. D. **Educar, uma lição de amor**. São Paulo: Gente, 2008.
- SALES, C. de M. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 437, 2007.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 n. 2, p. 35-50, mai./ago. 2004.
- STROMQUIST, N. *La búsqueda del empoderamento: em qué puede contribuir el campo de la educación*. In: LEÓN, Magdalena (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: MT Editores, 1997.